

Atualização do FRESCE- OSC 2 sobre o planejamento da ação política para o reaprovisionamento

O período 2017-2018 apresenta algumas grandes oportunidades para a sociedade civil assegurar compromissos financeiros por parte dos Governos e organismos internacionais. O financiamento para a educação é muito inferior ao que é necessário: se não fizermos uma mudança radical no financiamento para a educação, vamos atrasar pelo menos 50 anos o objetivo de conseguir uma educação inclusiva e de qualidade para todos até 2030.

A **CME lançou uma nova Campanha Global para Financiamento da Educação**. Esta tem três componentes principais:

1. Aumento dos recursos internos
2. Aumento das contribuições bilaterais e multilaterais
3. Ação global sobre a reforma tributária e justiça.

Este próximo **reaprovisionamento da Parceria Global para a Educação** (para mais informações sobre este processo e conferência de reaprovisionamento PGE, clique [aqui](#)) oferece, em particular, **um momento muito importante e de alto nível estratégico para fazer progressos em relação ao financiamento da educação**

O terceiro processo de reaprovisionamento da PGE tem como objetivo garantir novos recursos e compromissos para o financiamento da educação de Parceiros em Países em Desenvolvimento e doadores. O processo culminará numa conferência de promessa de contribuições, no final de 2017, onde os representantes de doadores e todos os países em desenvolvimento que fazem parte da Parceria Global serão convidados a participar e fazer publicamente uma promessa de contribuição no seu compromisso de financiar a educação de 2018 a 2020. O reaprovisionamento visa conseguir compromissos significativos para com a educação, tanto de países parceiros como de doadores.

A CME tem vindo a desenvolver um plano mais diretamente centrado no reaprovisionamento PGE, para garantir promessas de contribuições nacionais por parte dos "Parceiros em Países em Desenvolvimento (DCP)" da PGE. Como está muito relacionado com os países do programa FRESCE, assim como da OSC2 (Organizações da Sociedade Civil do Sul), este plano é chamado o **Plano de Ação Política da FRESCE - OSC2 para o Reaprovisionamento**. Este plano estabelece planos e atividades a começar agora e até à Conferência de Reaprovisionamento, no final de 2017.

O foco da nossa ação política FRESCE-OSC2 de reaprovisionamento é decididamente garantir que o maior número de Parceiros em Países em Desenvolvimento da PGE façam promessas de contribuição ousadas e credíveis. O plano estabelece a meta explícita e **objectivo global de garantir que pelo menos [1] 35 governos de países de rendimento baixo e médio-baixo façam aos seus cidadãos mais e melhores promessas de contribuição para o financiamento da**

educação em 2017-18, aprovando políticas ou legislação que vão ao encontro de uma ou mais das exigências de financiamento interno da CME (ver quadro 1).

Ficou acordado que as OSC no Sul Global e **cada coligação nacional irão desenvolver objetivos e metas financeiras nacionais mais dirigidas ao contexto específico**, para refletirem o que é possível no seu contexto político. Os indicadores abaixo refletem a visão da campanha, com base no financiamento necessário para alcançar o ODS4 até 2030.

Caixa 1. Exigências de financiamento interno

- Fazer promessas de contribuições de aferidas e credíveis para **aumentar os gastos com a educação para perto de 20%** da despesa total dos seus governos na educação até 2020 - e 6% do PIB.
- **Aumentar as bases tributárias de forma progressiva** até uma proporção de pelo menos 20% de imposto em relação ao PIB (por exemplo, acabando com os incentivos fiscais prejudiciais, combatendo a evasão fiscal, criando novos impostos direcionados, reformando impostos regressivos, promovendo reformas do sistema e fortalecendo os sistemas fiscais).
- **Priorizar a atribuição e gastos [2]** de recursos educacionais de forma a centrar-se no incremento da equidade e apoio aos grupos mais marginalizados (incluindo através de orçamentação transformadora de género).
- Assegurar uma robusta **linha de base para a promessa de contribuição e melhorar os dados** sobre o financiamento da educação e apresentar relatórios anuais sobre os progressos em relação à promessa de contribuição. [3]
- **Comprometer-se a permitir um maior controlo** dos gastos com educação, tornando os orçamentos de educação mais abertos e transparentes, permitindo que os atores da sociedade civil e outros possam fazer o seguimento dos orçamentos e monitorar os gastos e o desempenho, denunciando a corrupção e minimizando o mau uso.

O relatório da CME recentemente lançado, "**Aumentar o Financiamento para a Educação Global: Promessas Ambiciosas e Credíveis para Alcançar a Mudança Sustentável**", apresenta mais detalhes sobre as exigências específicas que estão a ser feitas aos DCP em torno do Reaprovisionamento da Parceria Global para a Educação.

Há quatro formas de melhorar as promessas de gastos na PGE em relação à anterior sessão em 2014. As promessas devem ser:

1. **Ambiciosas.** Os países deveriam indicar promessas de financiamento para aumentar a percentagem do PIB e dos orçamentos nacionais alocados aos gastos com a educação.
2. **Clareza.** Os governos devem fazer uma referência clara aos valores que devem ser consistentes com os documentos de planeamento nacional.
3. **Oficiais.** Os valores referidos como promessa pelos governos devem ser formais, e os documentos devem ser assinados pelo governo como parte de um processo de planeamento acordado.
4. **Abertas ao escrutínio.** As promessas devem promover o escrutínio parlamentar e público relativamente aos progressos em gastos com educação e devem promover a prestação de contas.

5. **Financiáveis.** Os governos devem referir de onde poderão surgir recursos adicionais, principalmente de aumento de receitas fiscais.

Em anexo a esta nota está uma cópia desse Relatório.

Pretendemos usar vários eventos regionais na preparação para a Conferência de Reaprovisionamento de 2017 para influenciar a promessa de contribuição dos DCP.

Todas as coligações serão também convidadas a envolver-se com os seus governos nacionais e conseguir uma "reunião de promessas de contribuição", ou mesa redonda, na qual as OSC se reúnem com representantes do governo para delinear quais são exigências das OSC ao governo.

Também procuramos conseguir algum **governo campeão** por ser dos "**primeiros a comprometer-se**", estabelecendo promessas de contribuição precoce ambiciosas, corajosas e credíveis. Procuramos trabalhar com alguns países-foco dando apoio ao seu trabalho neste capítulo.

No próximo resumo mensal de informações da OSC2 vamos enviar informações atualizadas sobre alguns dos planos de países e regiões.

[1] O nosso objectivo é influenciar os 65 DCP da PGE e estabelecemos uma meta ambiciosa, mas realista.

[2] Reconhecemos que, em muitos contextos, há também uma necessidade urgente de reformar ou reconstruir a capacidade de gestão das finanças públicas, a fim de garantir que os fundos sejam efetivamente alocados e gastos.

[3] A ser submetido à PGE via MF / ME, e através do Grupo Local de Educação.